



**MUNICÍPIO DO FUNCHAL**

**PROCEDIMENTO DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA  
QUALIFICAÇÃO**

**REF.<sup>a</sup> DO PROCEDIMENTO N.º 021/CMF/DETM/2024**

**CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM PRÉDIO URBANO DENOMINADO  
CONFEITARIA FELISBERTA**

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### Conteúdo

<b>Artigo 1.º Identificação e objeto do procedimento.....</b>	<b>4</b>
<b>Artigo 2.º Entidade Adjudicante.....</b>	<b>4</b>
<b>Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar .....</b>	<b>4</b>
<b>Artigo 4.º Fundamento da escolha do procedimento .....</b>	<b>4</b>
<b>Artigo 5.º Plataforma Eletrónica .....</b>	<b>5</b>
<b>Artigo 6.º Candidatos e concorrentes .....</b>	<b>5</b>
<b>Artigo 7.º Peças do procedimento .....</b>	<b>6</b>
<b>Artigo 8.º Preço Base .....</b>	<b>6</b>
<b>Artigo 9.º Inspeção do local.....</b>	<b>7</b>
<b>Artigo 10.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento .....</b>	<b>7</b>
<b>Artigo 11.º Modelo de qualificação dos candidatos.....</b>	<b>8</b>
<b>Artigo 12.º Requisitos mínimos e obrigatórios de capacidade técnica dos candidatos.....</b>	<b>9</b>
<b>Artigo 13.º Requisitos mínimos e obrigatórios de capacidade financeira dos candidatos .....</b>	<b>9</b>
<b>Artigo 14.º Prazo para apresentação das candidaturas .....</b>	<b>10</b>
<b>Artigo 15.º Apresentação de candidaturas .....</b>	<b>10</b>
<b>Artigo 16.º Documentos que constituem a candidatura.....</b>	<b>11</b>
<b>Artigo 17.º Esclarecimentos sobre os documentos destinados à qualificação dos candidatos.....</b>	<b>12</b>
<b>Artigo 18.º Relatório preliminar da fase de qualificação .....</b>	<b>13</b>
<b>Artigo 19.º Relatório final da fase de qualificação .....</b>	<b>13</b>
<b>Artigo 20.º Prazo para a decisão e notificação de qualificação .....</b>	<b>13</b>
<b>Artigo 21.º Lista dos candidatos e consulta das candidaturas apresentadas.....</b>	<b>14</b>
<b>Artigo 22.º Convite .....</b>	<b>14</b>
<b>Artigo 23.º Prazo para apresentação de propostas.....</b>	<b>14</b>
<b>Artigo 24.º Apresentação das propostas .....</b>	<b>14</b>
<b>Artigo 25.º Documentos que constituem a proposta.....</b>	<b>15</b>



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

<b>Artigo 26.º Propostas variantes .....</b>	<b>16</b>
<b>Artigo 27.º Manutenção das propostas .....</b>	<b>16</b>
<b>Artigo 28.º Leilão Eletrónico e Negociação das propostas apresentadas.....</b>	<b>16</b>
<b>Artigo 29.º Critério de adjudicação das propostas .....</b>	<b>16</b>
<b>Artigo 30.º Exclusão e avaliação das propostas .....</b>	<b>18</b>
<b>Artigo 31.º Esclarecimentos sobre as propostas .....</b>	<b>18</b>
<b>Artigo 32.º Relatório preliminar.....</b>	<b>18</b>
<b>Artigo 33.º Audiência prévia .....</b>	<b>19</b>
<b>Artigo 34.º Relatório final.....</b>	<b>19</b>
<b>Artigo 35.º Adjudicação .....</b>	<b>19</b>
<b>Artigo 36.º Notificação da decisão de adjudicação .....</b>	<b>19</b>
<b>Artigo 37.º Não adjudicação.....</b>	<b>20</b>
<b>Artigo 38.º Documentos de habilitação.....</b>	<b>20</b>
<b>Artigo 39.º Prazo para apresentação dos documentos de habilitação.....</b>	<b>22</b>
<b>Artigo 40.º Caução .....</b>	<b>22</b>
<b>Artigo 41.º Não apresentação dos documentos de habilitação.....</b>	<b>23</b>
<b>Artigo 42.º Minuta do contrato.....</b>	<b>24</b>
<b>Artigo 43.º Outorga do contrato .....</b>	<b>24</b>
<b>Artigo 44.º Falsidade dos documentos e das declarações .....</b>	<b>24</b>
<b>Artigo 45.º Despesas e encargos .....</b>	<b>24</b>
<b>Artigo 46.º Dados Pessoais.....</b>	<b>25</b>
<b>Artigo 47.º Legislação aplicável.....</b>	<b>25</b>



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### Artigo 1.º Identificação e objeto do procedimento

1. O presente procedimento concursal é designado por ***concurso limitado, por prévia qualificação, para concessão de exploração de um prédio urbano denominado “Confeitaria Felisberta”***, e segue a tramitação do concurso limitado por prévia qualificação, nos termos dos artigos 162.º a 192.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e integra as seguintes fases:

Fase I - Apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos;

Fase II - Apresentação e análise das propostas e adjudicação.

2. O presente procedimento tem por objeto a concessão de exploração de um prédio urbano denominado “*Confeitaria Felisberta*”, localizado na Rua das Preta n.º 61, 63 e 65, nos termos estabelecidos no Caderno de Encargos e respetivos anexos.

### Artigo 2.º Entidade Adjudicante

O proprietário do imóvel é o Município do Funchal, abreviadamente designada CMF, entidade adjudicante, com sede na Praça do Município 9004-512 Funchal, com o número de telefone 291 211 000, endereço eletrónico [dcpa@funchal.pt](mailto:dcpa@funchal.pt), sítio na internet: [www.funchal.pt](http://www.funchal.pt), plataforma eletrónica utilizada: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

### Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar

1- A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Câmara Municipal do Funchal de 28 de novembro de 2024, ao abrigo do disposto nos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos conjugados com as alíneas qq) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à lei n.º 75/2013 na sua atual redação

2- A autorização para concessionar foi tomada pela Assembleia Municipal do Funchal em sessão Ordinária de 11 de dezembro de 2024 ao abrigo do disposto na alínea p) no n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, na sua atual redação.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### **Artigo 4.º Fundamento da escolha do procedimento**

1. O procedimento de contratação reveste, com as devidas adaptações, a forma de concurso limitado por prévia qualificação, com publicação no Diário da República, nos termos do artigo 162.º e seguintes do CCP, na variante de modelo simples, conforme artigo 179.º do mesmo diploma legal.
2. A escolha do procedimento obedeceu aos critérios dos artigos 16.º, n.º 1 alínea d), 17.º 18.º e 31.º n.º 1 do Código dos Contratos Públicos.

### **Artigo 5.º Plataforma Eletrónica**

1. A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante é a AcinGov.
2. O acesso à plataforma eletrónica Acingov é gratuito, os interessados deverão efetuar o seu registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> através do preenchimento do formulário onde diz aderir na plataforma.
3. A equipa da Acingov tem à disposição de todos os interessados, uma linha direta de apoio por telefone 707 451 451 e por e-mail [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt)
4. Caso a equipa da Acingov não identifique qualquer anomalia na sua plataforma, os interessados deverão ser os únicos responsáveis por quaisquer atrasos nos prazos de submissão de pedidos de esclarecimentos, erros e omissões, entrega de candidaturas e propostas, pronúncias em sede de audiência prévia e reclamações à documentação de habilitação. No presente ponto incluem-se, igualmente, todas as ações que, no decurso de um procedimento, estejam ao abrigo de um prazo obrigatório estipulado pela legislação em vigor.

### **Artigo 6.º Candidatos e concorrentes**

1. É Candidato ao presente concurso, qualquer pessoa singular ou coletiva, que participe na **Fase I - apresentação de candidaturas e qualificação dos candidatos**, mediante a apresentação de uma candidatura, nos termos previstos no presente Programa do Concurso.
2. É concorrente o Candidato qualificado, que participa na **Fase II – apresentação e avaliação das propostas e adjudicação**, mediante a apresentação de uma proposta.
3. Podem ser candidatos ou concorrentes ao presente concurso agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, não sendo necessário que, entre as mesmas, exista qualquer modalidade jurídica de



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

associação, desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.

4. Os membros de um agrupamento candidato ou concorrente não podem ser candidatos nem integrar outro agrupamento candidato.

5. Não podem ser candidatos ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em qualquer uma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2009/M, de 14 de agosto, com remissão para o n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma.

6. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da proposta.

7. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, constituindo sociedade, na modalidade de sociedade anónima ou sociedade por quotas, que tenha como objeto exclusivo a atividade da concessão.

### **Artigo 7.º Peças do procedimento**

1. As peças que instruem o presente procedimento são o Anúncio do Concurso, o Programa do Concurso, o Convite à apresentação de propostas e o Caderno de Encargos.

2. O Processo de Concurso encontra-se patente na Divisão de Contratação Pública, na morada indicada no artigo 2.º deste Programa do Concurso, onde podem ser consultadas, durante as horas de expediente, das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00 de segunda a sexta-feira, a contar desde a data de envio para publicação no Diário da República, até o termo do prazo para apresentação das propostas e ainda no sítio da internet da Câmara Municipal do Funchal, [www.funchal.pt](http://www.funchal.pt), onde pode ser descarregado, a título gratuito.

3. O presente procedimento será integralmente disponibilizado a todas as empresas, na plataforma eletrónica de contratação pública [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) a título gratuito.

### **Artigo 8.º Valor Base**

1. O valor base é de **€ 1.570,00 (mil quinhentos e setenta euros) mensais**.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

2. Entende-se por valor base o valor mínimo que o Município do Funchal se dispõe a receber pela concessão de direito de exploração do local a concessionar.

### **Artigo 9.º Inspeção do local**

1. Durante o prazo para apresentação das candidaturas e das propostas, os interessados poderão visitar o local e efetuar os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração da sua candidatura/proposta.

**2. Para o efeito, previsto no número anterior, os interessados devem requerer uma marcação de visita, através da plataforma eletrónica Acingov.**

3. A resposta ao pedido de agendamento de visita ao espaço a concessionar, é dada no prazo máximo **de 5 (cinco) dias**, com a indicação do dia e hora disponível para o efeito.

4. A visita ao local ocorre durante as horas de expediente, das 9:30h às 12h00 e das 14h30 às 17h00.

5. Os concorrentes não podem, em qualquer momento ou circunstância, invocar desconhecimento quanto ao local a concessionar.

6. As visitas podem ser realizadas por qualquer interessado até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas, e por qualquer candidato até o termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

### **Artigo 10.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetadas.

2. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

**3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas:**



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

- a. O órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do segundo terço, não sejam por ele expressamente aceites.
4. O Órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores o órgão competente para a decisão de contratar pode oficiosamente, proceder á retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao segundo terço ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo neste caso atender-se ao previsto no artigo 64.º do CCP.
6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) e juntas às peças do procedimento que se encontram para consulta, e notificadas a todos os interessados que as tenham obtido.
7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
8. Os esclarecimentos necessários á boa compreensão e interpretação das peças do concurso podem ser solicitadas e devem ser prestadas nas fases de apresentação das candidaturas e qualificação de candidatos bem como na fase de apresentação e análise das propostas e adjudicação, sendo aplicável com as necessárias adaptações.
9. O disposto nos números anteriores é aplicável á retificação de erros ou omissões das peças do concurso.

### **Artigo 11.º Modelo de qualificação dos candidatos**

A qualificação dos candidatos assenta no **modelo simples** de qualificação previsto no artigo 179.º do CCP, pelo que serão qualificados todos os candidatos que preencham os **requisitos mínimos de**





## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

**capacidade técnica e de capacidade financeira, em conformidade com o presente programa de procedimento.**

### **Artigo 12.º Requisitos mínimos e obrigatórios de capacidade técnica dos candidatos**

Os candidatos devem demonstrar, sob pena de exclusão da candidatura, que reúnem, cumulativamente, os seguintes requisitos mínimos de capacidade técnica:

- a. **Experiência mínima de 5 (cinco) anos em direção/gestão de estabelecimento de confeitaria/pastelaria, com fabrico próprio;**
- b. Em caso de apresentação de candidatura por um agrupamento de candidatos ou por pessoa coletiva ou de outra natureza considera-se que estão preenchidos os requisitos mínimos de capacidade técnica, desde que, algum dos membros que o integram o preencha individualmente.

### **Artigo 13.º Requisitos mínimos e obrigatórios de capacidade financeira dos candidatos**

1. Os candidatos devem demonstrar, sob pena de exclusão, que reúnem, cumulativamente, os seguintes requisitos mínimos de capacidade financeira:

Com  $R \geq Vb$ , em que:

**R = Valor médio do Volume de Negócios do interessado nos últimos três exercícios, calculado através da seguinte fórmula:**

$$R = \frac{\sum_{i=1}^{i=3} \text{Volume de Negócios}(i)}{3}$$

Em que o **Volume de Negócios (i)**:

Valor retirado da Declaração de Informação Empresarial Simplificada (IES) na parte de demonstração de Resultados, Anexo A, Quadro 03-A, campo A5001.

**Vb = (valor base total da concessão);**

2. Em alternativa ao requisito de capacidade financeira descrito no número anterior e em conformidade com o n.º 3 do artigo 179.º do CCP, considera-se que equivale ao preenchimento do requisito mínimo de capacidade financeira;
3. A apresentação de declaração bancária conforme modelo constante do Anexo VI do CCP; ou



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

4. No caso de o candidato ser um agrupamento, um dos membros que o integram ser uma instituição de crédito que apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que exerça a supervisão bancária nesse Estado.
5. No caso de o candidato ser um agrupamento, considera-se que preenche os requisitos mínimos de capacidade financeira desde que relativamente a cada requisito:
  - a. Algum dos membros que o integram o preencha individualmente; ou
  - b. Alguns dos membros que o integram o preencham conjuntamente, quando tal seja possível em função da natureza do requisito exigido.

### **Fase I – Apresentação de candidatura e qualificação dos candidatos**

#### **Artigo 14.º Prazo para apresentação das candidaturas**

As candidaturas devem ser apresentadas no portal utilizado pelo Município do Funchal o [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até às 23h59 do 21.º (vigésimo primeiro) dia, a contar da data de envio do Anúncio do concurso para Publicação no Diário da República, nos termos do artigo 173.º do CCP, para o portal utilizado pelo Município do Funchal o [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

#### **Artigo 15.º Apresentação de candidaturas**

1. Os documentos que constituem a candidatura são obrigatoriamente apresentados na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. O interessado, deverá assinar os documentos eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada própria ou dos representantes legais. A aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos ou ficheiros eletrónicos da proposta, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos da legislação aplicável.
3. Em cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei N.º 96/2015, de 17 de agosto, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura (por exemplo, caso o documento seja assinado com assinatura digital qualificada do cartão de cidadão), deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente ou outro documento que considere suficiente para o efeito).



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

4. Nos casos em que a sociedade se obrigue com a assinatura conjunta de vários administradores ou gerentes, os documentos da proposta devem ser assinados por todos eles. No caso de a proposta ser assinada apenas por um administrador ou gerente, o concorrente deve juntar procuração, mandato ou documento que lhe confira poderes suficientes para vincular a sociedade.
5. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, nomeadamente, certidões, certificados ou atestados devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetam.
6. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.
7. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

### **Artigo 16.º Documentos que constituem a candidatura**

1. Sob pena de exclusão, a candidatura deve ser constituída pelos seguintes documentos, do Candidato, ou em Agrupamento, de todos os seus membros, em concordância com o disposto no artigo 168.º do CCP:
  - a. Declaração do **Anexo V-M** a que se refere o n.º 1 do artigo 168.º do CCP e artigo 7.º do DLR n.º 34/2008/M de 14 de agosto;
  - b. **Currículo Vitae descrito detalhadamente, fazendo referência expressa ao número total de anos de experiência na atividade de direção/gestão de estabelecimento de confeitaria/pastelaria, com fabrico próprio, bem como referência às áreas e atividades desenvolvidas;**
  - c. **Declaração sob compromisso de honra de que preenche os requisitos mínimos de capacidade financeira constantes do artigo 13.º do presente Programa do Concurso;**
  - d. **Cópias das Declarações de Informação Empresarial Simplificada (IES) na parte de demonstração de resultados, Anexo A, Quadro 03-A, campo A5001, dos últimos 3 anos (2021, 2022 e 2023) ou, em**



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

alternativa, os Relatórios de Contas, ou documentos legais equivalentes, relativos aos mesmos anos, devidamente certificados por uma entidade independente, nomeadamente um Revisor Oficial de Contas ou auditores externos;

e. Caso o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída por uma declaração através da qual estes se comprometem, incondicionalmente a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar;

f. Cópia da certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso online da Certidão Permanente (consoante o caso).

2. Os documentos destinados à qualificação dos candidatos são redigidos obrigatoriamente em língua portuguesa, nos termos do artigo 169.º do CCP incluindo os previstos no ponto 3 do mesmo artigo.

3. A apresentação de quaisquer documentos que indiciem conter algum dos atributos sujeitos à concorrência será excluída nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 184.º do CCP.

4. Os candidatos podem, em substituição da reprodução dos documentos referidos nos números anteriores, indicar o sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos neles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

5. A apresentação da Cópia da certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso online da Certidão Permanente (consoante o caso), deve estar válida à data de abertura das candidaturas.

### **Artigo 17.º Esclarecimentos sobre os documentos destinados à qualificação dos candidatos**

1. O Júri do procedimento pode pedir aos candidatos quaisquer esclarecimentos sobre os documentos destinados à qualificação que considere necessários para efeitos da análise das candidaturas, sendo aplicável o disposto no artigo 72.º do CCP.

2. Os esclarecimentos a apresentar pelos candidatos, referidos no número anterior, farão parte integrante das respetivas candidaturas.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### **Artigo 18.º Relatório preliminar da fase de qualificação**

1. Cabe ao Júri analisar as candidaturas e verificar o cumprimento dos critérios de qualificação, elaborando um relatório preliminar em que constarão os fundamentos da qualificação dos candidatos que preencham os requisitos mínimos de capacidade técnica e capacidade financeira.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve propor a exclusão das candidaturas, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 184.º do CCP.
3. Do relatório preliminar da fase de qualificação deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos candidatos nos termos do disposto no artigo anterior.
4. O Relatório Preliminar será sujeito a audiência prévia dos candidatos.

### **Artigo 19.º Relatório final da fase de qualificação**

1. O Júri do concurso elabora o relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos candidatos em sede de Audiência Prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda determinar a exclusão de qualquer candidatura se se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 19.º do presente programa de concurso.
2. Quando do relatório final resulte uma desqualificação de candidatos que não estava prevista no relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

### **Artigo 20.º Prazo para a decisão e notificação de qualificação**

1. A decisão de qualificação será tomada e notificada a todos os candidatos, no prazo máximo de **44 (quarenta e quatro) dias**, após o termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, remetendo-lhes o relatório final da fase de qualificação.
2. Aplica-se, se for o caso, o previsto no n.º 2 a 4 do artigo 187.º do CCP.
3. Os candidatos qualificados passam à fase seguinte em condições de igualdade.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### **Artigo 21.º Lista dos candidatos e consulta das candidaturas apresentadas**

1. O júri, no dia imediato à notificação da decisão de qualificação, procede à publicitação da lista dos candidatos, na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma palavra-chave aos candidatos incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, referida no número anterior, de todas as candidaturas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos candidatos pode reclamar desse facto, no **prazo de 3 (três) dias** contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua candidatura.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2.

### **Fase II – Apresentação e análise das propostas e adjudicação**

#### **Artigo 22.º Convite**

Com a conclusão da fase de qualificação dos candidatos, o órgão competente para a decisão de contratar, envia aos candidatos qualificados, em simultâneo, um convite à apresentação de propostas, contendo os elementos constantes do artigo 189.º do CCP, com as necessárias adaptações e em conformidade com a regulação que se segue.

#### **Artigo 23.º Prazo para apresentação de propostas**

As propostas devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até às 23h59 do 21.º (vigésimo primeiro) dia, a contar da data do envio do convite, conforme artigo 190.º do CCP.

#### **Artigo 24.º Apresentação das propostas**

Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma utilizada pela Entidade Adjudicante [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### **Artigo 25.º Documentos que constituem a proposta**

1. As propostas devem ser constituídas, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:

a. **Anexo I-M;**

b. Proposta de Contrapartida Financeira Mensal, elaborada de acordo com o modelo que consta do Anexo IV ao presente Programa do Concurso, sendo que, a violação deste parâmetro base fixado no Caderno de Encargos, determina a exclusão do concorrente;

c. **Proposta de Modelo de Exploração a implementar no espaço a concessionar**, o qual deve conter os seguintes elementos:

i. **Descrição dos serviços a prestar**, no âmbito da Concessão, dos conceitos de negócio a implementar no espaço concessionado;

ii. **Descrição do tipo e da qualidade dos principais serviços a prestar** (designadamente o tipo de carta, menus, produtos a comercializar, etc.), bem como os preços de referência, à data da elaboração da proposta, dos principais serviços a prestar, de forma a demonstrar a relação qualidade-preço.

d. **Plano de conservação das áreas a musealizar, com a definição estratégica que permita explorar este ativo que perpetua a memória do espaço e a sua fruição, em articulação com a riqueza histórica da “Confeitaria Felisberta”.**

e. **Horário de Funcionamento, tendo em consideração o previsto na cláusula 16.ª do Caderno de Encargos;**

2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente, por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b), do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

3. Os documentos identificados nos números anteriores devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão.

4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos da proposta devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;
7. Todos os valores associados à contrapartida mínima mensal a pagar à Entidade Adjudicante, constantes da proposta, devem ser indicados em algarismos e, ainda, por extenso, e não incluem o IVA.
8. Não é admitida a apresentação de propostas que impliquem o incumprimento das Cláusulas estabelecidas do Caderno de Encargos, nem a apresentação de propostas parciais.
9. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

### **Artigo 26.º Propostas variantes**

Não são admissíveis propostas variantes.

### **Artigo 27.º Manutenção das propostas**

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é **de 120 (cento e vinte) dias**, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **Artigo 28.º Leilão Eletrónico e Negociação das propostas apresentadas**

Não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação das propostas.

### **Artigo 29.º Critério de adjudicação das propostas**

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa determinada pela modalidade de avaliação do valor mensal a pagar ao Município do Funchal, como





## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

estabelecido na alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º, do CCP, **sendo a mais vantajosa a que apresentar um valor mensal mais alto a pagar ao Município do Funchal.**

2. Havendo, ainda assim, duas ou mais propostas de igual preço, as propostas serão ordenadas na sequência de sorteio por bolas numeradas. O sorteio será efetuado nos termos que se seguem:

- a) A data e hora do ato público do sorteio das propostas, é comunicada a todos os concorrentes por escrito com uma antecedência mínima de 5 dias;
- b) Ao ato público do sorteio, pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e seus representantes, devidamente credenciados;
- c) O júri numera as bolas de acordo com o número de propostas empatadas;
- d) As bolas são inseridas num saco opaco.
- e) As bolas serão depois retiradas em 2 fases.

uma: - Determinar-se-á a seriação dos concorrentes para efeito de estabelecer a vez, para efeitos de retirar as bolas na 2ª fase. A vez, corresponde ao número da bola.

As bolas são novamente introduzidas no saco.

duas: - Nesta segunda fase, cada um dos concorrentes pela ordem já determinada na primeira fase retira uma bola

3. A ordenação das propostas objeto do sorteio, corresponderá ao número da bola de cada concorrente, sendo que proposta ordenada em primeiro lugar corresponderá a bola número um e assim sucessivamente por ordem numérica.

4. Será feita uma ata do sorteio, a assinar por todos os concorrentes presentes e pelos membros do Júri. Havendo recusa de assinatura far-se-á menção na ata.

5. Estando apenas um representante com poderes de representação:

- Não haverá lugar à primeira fase do sorteio, passando-se diretamente para a segunda fase.

6. - Nesta fase serão introduzidas no saco tantas bolas numeradas quantos as propostas de igual preço. O representante do concorrente, retirará uma bola cujo numero corresponderá ao seu lugar na lista de ordenação de propostas.

7. Havendo apenas 2 bolas introduzidas no saco, o presidente do júri após a retirada de uma bola pelo representante do concorrente, retirará a segunda bola para confirmar o numero de bolas introduzidas no saco e a sua numeração.



## **MUNICÍPIO DO FUNCHAL**

8. Havendo mais do que 2 bolas, após a retirada de uma bola pelo representante do concorrente presente, caberá ao Presidente do Júri, retirar 1 bola e sucessivamente, e de acordo com o numero da bola, ordenar o concorrente, no correspondente lugar na lista de ordenação de propostas.

9. Caso nenhum dos concorrentes compareça na data e hora designada pelo júri, o sorteio será realizado perante o Júri do procedimento, sendo que o Presidente do Júri, nomeará oficiosamente um representante ad hoc para cada um dos concorrentes, o qual não poderá pertencer ao Júri, nem ao Executivo da Câmara Municipal do Funchal.

### **Artigo 30.º Exclusão e avaliação das propostas**

1. As propostas serão analisadas em todos os seus atributos, termos e condições.
2. Serão excluídas as propostas que revelem alguma das causas de exclusão constantes do n.º 2 do artigo 70.º do CCP ou do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Quando o mesmo concorrente apresente mais do que uma proposta, o Júri deve também propor a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.

### **Artigo 31.º Esclarecimentos sobre as propostas**

1. O Júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para a adequada análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes farão parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

### **Artigo 32.º Relatório preliminar**

1. Após a avaliação das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri do concurso elabora o Relatório Preliminar, no qual, fundamentadamente, propõe a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri propõe também, fundamentadamente, a exclusão das propostas.



## **MUNICÍPIO DO FUNCHAL**

3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo anterior.

### **Artigo 33.º Audiência prévia**

Elaborado o Relatório Preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes fixando-lhes um prazo, não inferior a cinco dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

### **Artigo 34.º Relatório final**

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer motivo de exclusão das propostas.

2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri do concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o procedimento, são enviados ao órgão com competência, para respetiva aprovação.

### **Artigo 35.º Adjudicação**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, o órgão competente para a decisão de contratar, adota a decisão de adjudicação e notifica-a aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa de adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.

### **Artigo 36.º Notificação da decisão de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notifica o adjudicatário para:

- a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do artigo 81.º do CCP e da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro e nos termos do artigo 40.º do presente Programa do Concurso;
- b. Se pronunciar sobre a minuta do contrato.

3. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do Relatório Final.

### Artigo 37.º Não adjudicação

- 1. A Entidade Adjudicante pode decidir pela não adjudicação do procedimento nos termos legalmente permitidos, em concreto, no artigo 79.º do CCP.
- 2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, devem constar da notificação a enviar a todos os concorrentes.

### Artigo 38.º Documentos de habilitação

1. Os documentos de habilitação que devem ser obrigatoriamente apresentados pelo adjudicatário, nos termos do artigo 81.º do CCP e artigo 7.º do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, são os seguintes:

- a. Declaração do Anexo II-M;
- b. Certificado comprovativo de que a entidade **se encontra com a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c. Certificado comprovativo de que a **entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d. Certificado de **registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência**, de como não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos na alínea h); do artigo 55.º do CCP;
- e. Declaração de rendimentos (**modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C**, se for o caso) do último exercício económico disponível;



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

- f. Declaração de rendimentos e retenções de residentes (**modelo n.º 10**) e **DMR (autoridade tributária)** do último exercício económico disponível;
  - g. **Anexo Q** da informação empresarial simplificada (IES) do último exercício económico disponível;
  - h. **Anexo R do IVA** da última declaração periódica do IVA;
  - i. Declaração, sob compromisso de honra, assinada pelo adjudicatário ou por quem o obriga, referindo que não está legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, (caso aplicável) anexo III;
  - j. Comprovativo da inscrição no **Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**, devendo para o efeito ser disponibilizado o respetivo código de acesso, nos termos do disposto no n.º 1, alínea b); do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, na sua atual redação, conjugado com o artigo 3.º da Portaria 200/2019, de 28 de junho.
2. Quando o adjudicatário tenha apresentado o documento previsto na alínea i); declarando que não preenche os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 25.º, 26.º e 31.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, não está obrigado a apresentar os documentos referidos nas alíneas e), f), g) e h) do artigo anterior.
3. Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:
- a. **Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente** (consoante o caso).
  - b. **Identificação completa através de informação do cartão do cidadão e indicação de residência** da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito, caso seja exigível a redução do contrato a escrito, nos termos dos artigos 94.º e 95.º do CCP.
4. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.
5. O adjudicatário deve apresentar a reprodução dos documentos de habilitação através da plataforma eletrónica Acingov.
6. A documentação referida nas alíneas f), g) e h) do número 1 deve ainda ser apresentada por eventuais subcontratados identificados na proposta do adjudicatário. No decurso da execução do



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

contrato a autorização do contraente público à subcontratação fica condicionada à apresentação daquela documentação relativa ao potencial subcontratado por parte do cocontratante.

7. Para além das causas de caducidade da adjudicação previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, na Região Autónoma da Madeira, constitui igualmente causa de caducidade da adjudicação o incorreto ou inadequado preenchimento dos documentos relativos às obrigações fiscais declarativas a apresentar pelo adjudicatário e ou subcontratado nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 7.º do DLR nº 34/2008/M de 14 de agosto.

8. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

### **Artigo 39.º Prazo para apresentação dos documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos no prazo máximo de **10 (dez) dias**, após a notificação da adjudicação.
2. O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos é de **3 (três) dias úteis**, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 164.º do CCP.

### **Artigo 40.º Caução**

1. **O valor da caução é equivalente a 2% do total a receber pelas rendas mensais adjudicadas para a totalidade máxima possível de duração do contrato (20 anos);**
2. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de **10 (dez) dias** a contar da notificação da adjudicação, prevista no n.º 2 do art.º 77º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
3. A caução é prestada **por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.**
4. **O depósito em dinheiro ou títulos** é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito à ordem da entidade adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

5. Quando o depósito for efetuado em títulos estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se nos últimos três meses, a média de cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média;
6. Se o adjudicatário prestar a caução **mediante garantia bancária**, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações respeitantes à garantia, com reconhecimento de assinaturas;
7. Tratando-se de seguro-caução, é exigida a apresentação de apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações respeitantes ao seguro;
8. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução;
9. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário;
10. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar em tempo e nos termos estabelecidos nos pontos anteriores a caução que lhe seja exigida.

### **Artigo 41.º Não apresentação dos documentos de habilitação**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação ou não prestar a caução:
  - a. No prazo fixado neste Programa do Concurso;
  - b. Redigidos em língua portuguesa, ou se não forem acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da Adjudicação nos termos do n.º 1, a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.



## **MUNICÍPIO DO FUNCHAL**

3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente concede-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Nos casos previstos nos n.ºs anteriores, o órgão competente adjudica a proposta ordenada no lugar subsequente.

### **Artigo 42.º Minuta do contrato**

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o adjudicatário é notificado, assinalando os ajustamentos propostos, nos termos do artigo 99.º do CCP, se for caso disso.
3. A minuta do contrato a celebrar, bem como os ajustamentos propostos, considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

### **Artigo 43.º Outorga do contrato**

A outorga do contrato terá lugar no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de apresentados todos os documentos de habilitação exigidos.

### **Artigo 44.º Falsidade dos documentos e das declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para o efeito de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

### **Artigo 45.º Despesas e encargos**

1. As despesas e encargos inerentes à elaboração das candidaturas e propostas são da responsabilidade do concorrente.





## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante.

### **Artigo 46.º Dados Pessoais**

1. Os dados pessoais a que os candidatos tenham acesso durante o presente procedimento concursal serão tratados em estrita observância com as regras e normas do RGPD e a Lei de Proteção de Dados, devendo, após a adjudicação do contrato serem eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigação legais.
2. A disposição constante do número anterior aplica-se a todos os candidatos que se inscrevem como interessados na proposta e possam ter acesso a informação no âmbito do procedimento.
3. Os candidatos comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

### **Artigo 47.º Legislação aplicável**

Em tudo o omissa nas peças do procedimento, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio Serviços e Restauração, e com as devidas adaptações ao disposto no Código dos Contratos Públicos, adaptado à Região Autónoma da Madeira, através Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M de 14 de agosto de 2008, na sua versão atualizada, e Regime Jurídico do Património Imobiliário Público aprovado pelo DL n.º 280/2007, de 7 de Agosto e restante legislação complementar.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### Anexo I-M

#### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.] **(Não**

#### **dispensa a verificação da conformidade legal)**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) .....

b) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o Anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) **Enumerar todos os documentos que constituem a proposta**, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.s 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.s 4 e 5 do artigo 57.º



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### Anexo II - M

#### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

**(Não dispensa a verificação da conformidade legal)**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### ANEXO III

#### Modelo de declaração

(caso aplicável)

(a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação) **(Não dispensa a verificação da conformidade legal)**

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, que a sua representada (2) não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, em relação ao último exercício económico:

- ☐ Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período de atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato);
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10) e DMR;
- ☐ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
- ☐ Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA (3).

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 55.º



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### ANEXO IV

#### Modelo de proposta

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do procedimento para concessão de exploração de um prédio urbano denominado Confeitaria Felisberta, a que se refere o anúncio ---/2024, obriga-se a gerir e explorar o espaço, em conformidade com o contrato, caderno de encargos do procedimento e demais legislação aplicável, propondo-se pagar como contrapartida financeira mensal da atribuição do direito de ocupação, a quantia de €..... (por extenso).

Indicação do IVA a aplicar, se este for legalmente devido

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data ..... / ..... / .....

Assinatura: .....



## **MUNICÍPIO DO FUNCHAL**

### **ANEXO V-M**

#### **Modelo de declaração**

(a que se refere o n.º 1 do artigo 168.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado conhecimento das peças do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), vem por este meio apresentar a respetiva candidatura, juntando em anexo, para o efeito, os seguintes documentos destinados à qualificação (2):

a) ...

b) ...

2 - Para o efeito declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da candidatura apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (3)].

(1) Aplicável apenas a candidatos que sejam pessoas coletivas.

(2) Enumerar todos os documentos que constituem a candidatura, para além desta declaração, indicados no programa do procedimento.

(3) Nos termos do disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 168.º



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### ANEXO VI

#### Modelo de Garantia Bancária

(O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco \_\_\_\_\_, à ordem da Município do Funchal, com sede em Paços do Concelho, contribuinte fiscal 511217315)

Guia de depósito                      Euros ... € ...

Vai \_\_\_\_\_(nome do adjudicatário), com sede em \_\_\_\_\_ (morada)\_\_\_\_\_, depositar na \_\_\_\_\_(sede, filial, agência ou delegação) do Banco\_\_\_\_\_ a quantia de €\_\_\_\_\_(por algarismos e por extenso), destinado a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do concurso para concessão do direito de exploração do prédio urbano denominado por “Confeitaria Felisberta”, por um período de 15 (quinze) anos, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de \_\_\_\_\_ (entidade Concedente), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do (s) representante(s) legal (ais)]





## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### ANEXO VII

#### **Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução**

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (Concessionário), vem o(a) \_\_\_\_\_ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_\_\_\_ (entidade Concedente beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do concurso para concessão do direito de exploração do prédio urbano denominado por “Confeitaria Felisberta”, por um período de 15 (quinze) anos,” nos termos dos n.ºs 6/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. A presente garantia equivalente a quatro meses do valor proposto e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s)]